

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
MENSAGEM AOS ACCIONISTAS.....	3
ÓRGÃOS SOCIAIS.....	6
CORPOS GERENTES-TRÉNIO-2011/2014	6
A EMPRESA.....	7
VISÃO ESTRATÉGICA	7
GRUPO DE EMPRESAS	8
1. ACTIVIDADE SECTORIAL	10
2. FACTOS RELEVANTES DO ANO	11
3. INDICADORES FINANCEIROS.....	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	17
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	22
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	23
3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DF`S.....	23
a) <i>Activos fixos tangíveis.....</i>	23
b) <i>Activos intangíveis.....</i>	23
c) <i>Propriedades de Investimento</i>	23
d) <i>Contratos de locação financeira.....</i>	23
e) <i>Inventários.....</i>	24
f) <i>Instrumentos financeiros</i>	24
3.2 JUÍZOS DE VALOR	26
4. FLUXOS DE CAIXA	27
5. PARTES RELACIONADAS	28
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS	28

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	29
8. LOCAÇÕES	32
9. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	33
10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	33
11. IMPARIDADE DE ACTIVOS.....	34
12. INVENTÁRIOS.....	35
13. RÉDITO	35
14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	37
15. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	37
16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	37
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	38
a) <i>Dívidas de terceiros.....</i>	<i>38</i>
b) <i>Empréstimos.....</i>	<i>38</i>
c) <i>Contas a pagar</i>	<i>39</i>
d) <i>Instrumentos de Capital Próprio</i>	<i>39</i>
e) <i>Acções próprias</i>	<i>39</i>
f) <i>Caixa e depósitos bancários.....</i>	<i>39</i>
DÍVIDAS DE TERCEIROS (CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER).....	39
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	46
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	46
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Quadro 1: Indicadores financeiros	13
Quadro 2: Fundo de Maneio Necessário Quadro 3: FREE CASH FLOW.....	14
Quadro 4: Indicadores Económico-financeiros	15

Mensagem aos Accionistas

Caros accionistas,

É sabido que a empresa entrou no mercado numa altura em que a crise financeira se encontra instalada.

Portugal encontra-se numa situação de recessão económica tendo o PIB sofrido neste 1º Trimestre de 2011 uma quebra de 0,6 pontos percentuais tendo contribuído para quebra a procura interna que registou face ao período homólogo uma variação de -3,4 pontos percentuais e uma variação de -3,8 em cadeia tendo parte sido compensada pelo aumento de 2,9 pontos percentuais registado na procura externa líquida.

Apesar da variação negativa da procura interna ser um aspecto crucial, o investimento foi aquele que mais contribui para esta situação assumindo "uma extraordinária trajectória de quebra, com dimensões cada vez mais preocupantes e até difíceis de conceber".

Neste primeiro trimestre, a variação média da inflação rondou os 2% tendo no início do ano, em Janeiro atingido a pior variação dos últimos cinco anos face ao período homólogo (3,6%).

Este trimestre ficou ainda marcado por uma subida considerável no desemprego tendo atingido 688,9 mil desempregados face aos 619 mil verificados no quarto trimestre do ano anterior. Portugal atinge assim uma taxa de desemprego de 12,4%.

No entanto, face à crise que se atravessa e ainda que de um modo geral o sector se encontre em estagnação e a empresa em início de actividade prevemos obter um crescimento sólido e ser capazes de alcançar bons resultados.

Com base nos gráficos a seguir apresentados podemos verificar a evolução das vendas ao longo deste ano e a partir do qual pretendemos prosperar uma tendência de facturação crescente:



Gráfico 1: Evolução das vendas

Como se pode constatar da visualização do gráfico, o ano de 2011 ficou marcado por grandes picos na facturação, tendo atingido no mês de Março, de Junho e Setembro a maior facturação. Podemos justificar a descida acentuada de Janeiro para Fevereiro através da não renovação da encomenda de um cliente e, mesmo com a angariação de dois clientes não foi possível aumentar o volume de vendas face ao período anterior.

Por sua vez, em Março as vendas subiram consideravelmente, facto este originário de uma maior carteira de clientes e de uma diversificação dos produtos relacionada com relações com novos fornecedores.

Nos meses seguintes, o volume de vendas assumiu uma tendência decrescente, preferencialmente justificado com uma redução nas vendas para com o nosso melhor cliente.

Em contraste, Junho apresentou os melhores resultados de sempre, representando cerca de 28% das vendas do período acumulado.

Por sua vez, no segundo semestre de actividade os resultados não foram tão bons e Dezembro ficou assinalado como o pior mês de facturação.

A empresa apesar dos resultados negativos apresentados cresceu financeiramente ainda que não economicamente pelo que, ao longo deste ano se reuniram todas as condições para transformação em sociedade anónima. Esta transformação encontra-se deliberada em acta e irá representar para a empresa algumas vantagens das quais se destaca uma maior credibilidade nomeadamente perante as instituições financeiras e Administração Fiscal.

Dos resultados negativos atingidos, uma parte advém da actividade secundária de produção dos bolos de aniversário pelo que, a empresa já tomou medidas ao cindir esta parte por isso prevemos que futuramente a empresa apresente resultados mais positivos.

Com vista ao alcance de melhores resultados no futuro, da definição de objectivos, da escolha das melhores estratégias e do estudo dos nossos mercados contamos com o apoio dos nossos Accionistas, que nos têm acompanhado e sempre confiaram nas decisões tomadas pelo Conselho de Administração, e dos nossos Colaboradores, em quem confiamos e que, sabemos, nos acompanharão neste novo desafio.

A todos, o nosso muito obrigado.

Órgãos Sociais

Corpos Gerentes-Trénio-2011/2014

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente	Maria de Fátima Gonçalves
Vice-presidente	Simão Filipe Fernandes Antunes
Secretário	Diana Sofia Rebelo da Cunha

Conselho de Administração:

Maria de Fátima Gonçalves

Patrícia Alexandra dos Santos Rito

Conselho Fiscal:

Efectivos:

Gustavo da Silva Pereira

Sara Raquel Serra Fernandes

Alberto João Martins Saraiva em representação da sociedade de revisores oficiais de contas
MOREIRA&NADAIS,SA

Suplentes

Véronique Januário Esteves

Célia Cristina Gonçalves

A Empresa

A empresa ALI, CONSERVA&LIMPA-COMERCIO POR GROSSO DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA, sedeadada na Rua Lopes Gonçalves, Maximinos, 4700-227 Braga, iniciou a sua actividade a três de Janeiro de 2011, a qual se centrava no comércio por grosso de produtos alimentares frescos, congelados e enlatados, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, produtos de limpeza e materiais de conservação e na produção exclusiva de bolos de aniversário, denominada esta última de actividade secundária. No entanto, no decorrer do corrente ano a parte destinada a esta última actividade foi cindida para incorporação do património na PANIFICADORA SABORES DO NORDESTE,SA tal como está prevista na alínea c) do número 1 do artigo 118º do Código das Sociedades Comerciais.

Recursos Humanos

A empresa conta com um vasto leque de colaboradores centrados nas mais diversas áreas da empresa desde, a área produtiva inicialmente à comercial, à financeira e à administrativa. Inicialmente a empresa contava com o contributo de 13 colaboradores e à data de 31 de Dezembro tem consigo 14 colaboradores.

Ao longo deste ano, o contrato a termo certo de 6 meses com o técnico de informática não foi renovado e surgiu também um despedimento por justa causa (desvio de mercadorias) do distribuidor. Como forma de compensar esta ausência, a empresa contratou um novo distribuidor e ainda uma colaboradora estrangeira como forma de obtenção de uma maior força nas vendas.

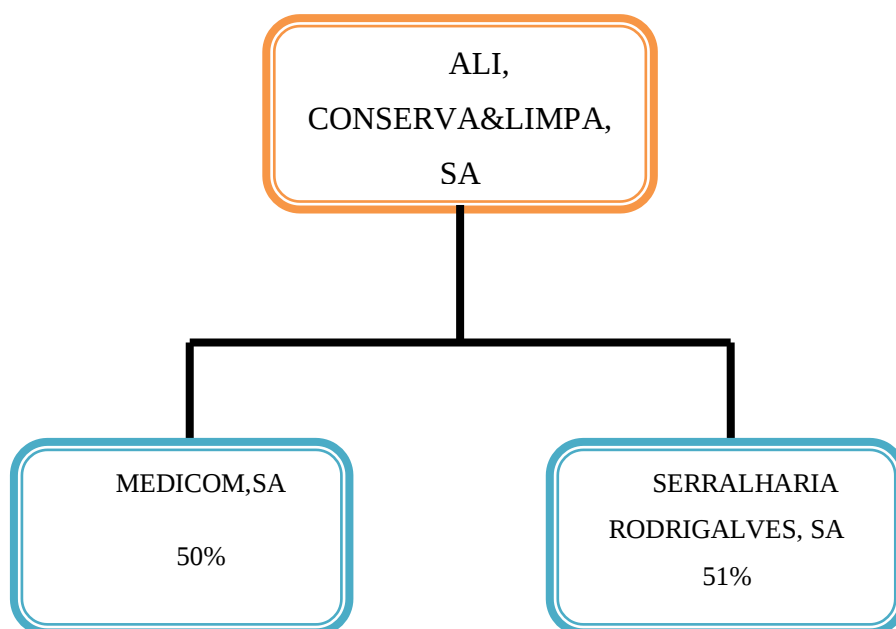
Visão Estratégica

A nossa missão passa por desenvolver um conjunto de actividades centradas no mercado-alvo sempre com um olhar para o futuro mas com toda a certeza das debilidades ocorridas no passado.

Propósito Estratégico

Pretendemos que a empresa adopte estratégias de diferenciação, criando com essas diferenças o nosso ponto de referência. Ser líder de mercado é o objectivo primordial e os clientes o propósito fulcral!

Grupo de Empresas

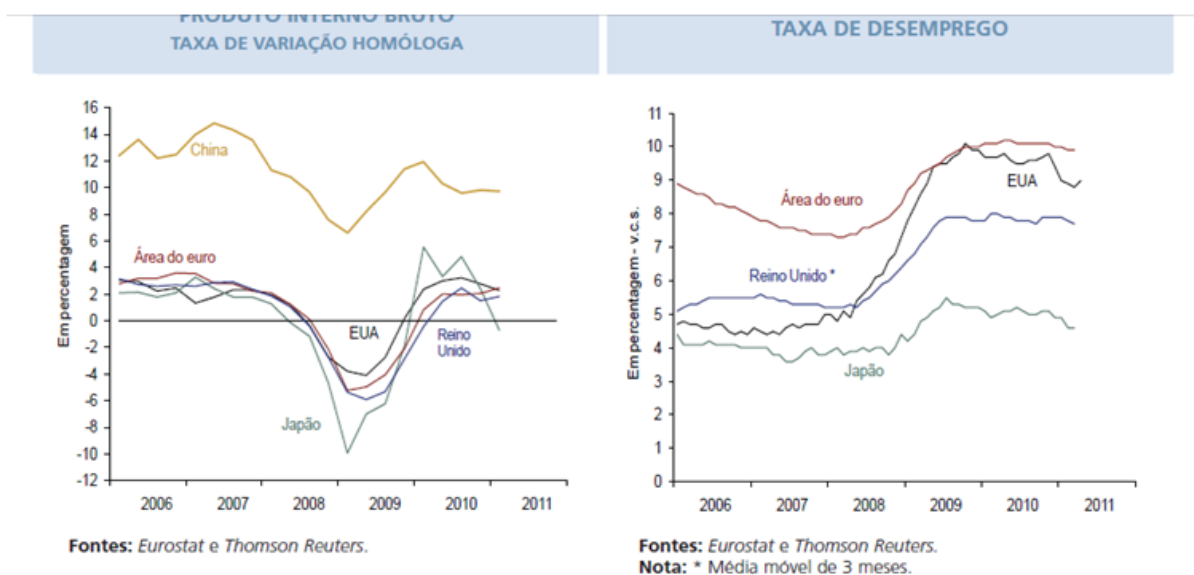


1. Enquadramento Macroeconómico

Portugal encontra-se na continuação da crise financeira e económica arrastada desde 2008.

Como refere o relatório do Banco de Portugal, "A economia portuguesa irá passar por um período prolongado de ajustamento dos seus desequilíbrios e vulnerabilidades estruturais e, apesar de as perspectivas para o enquadramento macroeconómico e financeiro internacional serem globalmente positivas, não deixam de existir riscos sobre a envolvente externa". Se "por um lado, é necessário assegurar a correcção dos desequilíbrios das finanças públicas; por outro lado, é fundamental actuar sobre as vulnerabilidades estruturais da economia para promover o seu crescimento potencial".

Com base em estimativas da OCDE, a economia na Zona Euro deverá crescer a um ritmo de 2% e 2011, a economia norte-americana cerca de 2,6% e o Japão deverá retrair 0,9%, situação causada pelo estrondoso desastre natural que sofreu em 11 de Março do corrente ano.



De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, à data de início de actividade da empresa, a economia portuguesa encontrava-se em recessão económica, tendo o PIB contraído 0,6% em relação ao período homólogo de 2010 (1º Trimestre) e o contributo positivo das exportações não foi suficiente para anular a retracção da procura interna. A subida dos impostos e redução dos salários da função pública patentes neste início de ano foram as principais razões na queda do consumo das famílias.

Índice de preços no consumidor por classes- Taxas de variação (em percentagem)														
	Peso no total (%)	Abr-10	Mai-10	Jun-10	Jul-10	Ago-10	Set-10	Out-10	Nov-10	Dez-10	Jan-11	Fev-11	Mar-11	Abr-11
Produtos alimentares não alcoólicos														
Mês corrente/mês anterior M (1,1)		0,4	0,1	0,7	0,3	0,6	-0,2	0,1	-0,1	0,0	0,35	-0,03	0,37	0,11
Mês corrente/mês homólogo M (1,12)		-2,7	-1,8	0,0	1,6	2,6	2,5	2,7	2,5	2,9	2,25	2,33	2,71	2,38
12 meses/meses homólogos M (12,12)	18,10%	-4,7	-4,7	-4,3	-3,6	-2,9	-2,2	-1,5	-0,9	-0,2	0,34	0,9	1,44	1,88
Bebidas alcoólicas e tabaco														
Mês corrente/mês anterior		0,1	0,1	0,2	0,9	0,8	0,6	0,0	0,8	0,8	1,29	2,21	0,57	0,78
Mês corrente/mês homólogo		3,2	2,8	2,9	3,9	4,6	5,2	5,2	5,9	6,7	6,16	8,31	8,83	9,57
12 meses/meses homólogos	3,30%	3,2	3,2	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,1	4,4	4,53	4,84	5,32	5,585

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Quadro 1: Índice de preços do consumidor

Indicador		2009	2010	2010 2ºT	2010 3ºT	2010 4ºT	2011 1ºT
PIB em volume (tvh%)	Portugal	-2,5	1,3	1,4	1,2	1	-0,6
	Zona Euro	-4,1	1,7	2,0	2,0	1,9	2,5
Taxa de Desemprego	Portugal	-9,5	10,8	10,6	10,9	11,1	12,4
	Zona Euro	-9,6	10,1	10,2	10,1	10,1	10,0
Balanças corrente e de capital (em % do PIB)	Portugal	-10,1	-8,8	-12,5	-5,2	-8,4	-6,3
	Zona Euro	-0,2	-0,3	-0,7	-0,2	0,4	-1,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Quadro 2: Indicadores Macroeconómicos

2. Actividade Sectorial

A empresa está inserida no sector que mais contribui para a criação de riqueza em Portugal sendo o ramo alimentar aquele que mais impacto tem nas vendas deste sector grossista.

O crescente domínio do sector do comércio e serviços tem sido nas últimas décadas aquele uma forte componente na economia portuguesa, representando em 2010 74,5% do VAB e 61,4% do Emprego. Também neste ano Portugal assistiu a uma recuperação significativa das suas exportações em que as exportações para Espanha, Alemanha, França e EUA representaram cerca de 50% da subida global verificada neste ano. Porém, as exportações de produtos alimentares apresentaram uma ligeira descida de 0,9 pontos percentuais face ao ano transacto. As exportações destes produtos representam assim 5,2% dos produtos exportados. Também as importações apresentaram uma ligeira descida de 0,4 %, representando 4,1% das importações totais.

3. Factos relevantes do ano

De forma a se reunirem todas as condições para a empresa operar no mercado, tornou-se indispensável a aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis e a contratação de colaboradores. Logo após estas operações a empresa encontrava-se em condições de poder laborar pelo que iniciou a sua actividade comercial e produtiva sendo esta última apenas iniciada em Fevereiro motivada pela falta de alguns equipamentos que ainda não puderam ser disponibilizados pelo fornecedor logo em Janeiro.

Já em Fevereiro e Março a empresa apresentou dificuldades financeiras pelo que se viu obrigada à contracção de um empréstimo bancário em Fevereiro e ao desconto de uma letra em Março, um novo empréstimo bancário e a uma operação de leasing de uma viatura pesada de mercadorias.

O segundo trimestre também ficou marcado por dificuldades pontuais de tesouraria tendo sido efectuada uma operação de factoring, outra de suprimentos dos sócios e outra de livranças efectuadas em Abril, Maio e Junho, respectivamente. O trimestre ficou ainda marcado pela obtenção de adiantamentos com preço e sem preço fixado dos clientes, pela concessão de descontos de pronto pagamento e descontos comerciais, pela oferta de inventários, pela concessão de um donativo a uma Instituição de Particularidade Social de domínio público, pela prática de infracções relacionadas com uma multa por excesso de carga no transporte de mercadorias e pela aquisições de acções cotadas em bolsa. Existiram perdas por imparidade em dívidas a receber e um saque de uma letra por parte de um fornecedor o qual, foi aceite pela empresa.

Este trimestre ficou assinalado pela transformação da sociedade no final de Setembro, pela aquisição de uma participação equivalente a 50% na MEDICOM, MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA&GESTÃO DE CONDOMÍNIOS, SA efectuada em Agosto e de outra equivalente a 51% na SERRALHARIA RODRIGALVES,SA, por um aumento de capital realizado em Agosto, pela aquisição de quotas próprias, operação efectuado em Setembro ao sócio Marlene Miguel pela vontade do próprio em não querer estabelecer mais relações com a empresa e ainda pela obtenção de um subsídio à aquisição de uma viatura pesada de mercadorias.

Foram ainda relevantes ainda que de menor importância, os seguintes acontecimentos: adiantamento sem preço fixado efectuado por um cliente, uma devolução de vendas, uma alienação de um activo fixo tangível, pela obtenção de descontos de pronto pagamento. No entanto, nem tudo foi positivo para a empresa tendo esta sido vítima de um sinistro o qual se traduziu no roubo de todas as mercadorias existentes no armazém à data de Setembro.

Dada a boa situação de tesouraria da empresa foi constituído um depósito a prazo.

Este trimestre ficou também indicado como um período de fortes relações com o exterior em que a empresa pretendeu alargar horizontes realizando por isso transmissões e aquisições intracomunitárias.

Este último período a empresa deliberou cindir a sua actividade de secundária de produção de bolos de aniversário, operação ocorrida em Outubro.

Outras operações com mais impacto na vida deste organização foram também os suprimentos efectuados à MEDICOM, MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA&GESTÃO DE CONDOMÍNIOS,SA, a realização de prestações suplementares, a obtenção de um empréstimo para aquisição do armazém da empresa com hipoteca do mesmo, a obtenção de um subsídio à contratação de novos trabalhadores, a obtenção de um empréstimo obrigacionista com *warrant* e o arrendamento de um terreno bem como a avaliação do seu justo valor efectuada por um perito, alienação de acções próprias, a alienação de parte de acções detidas pelos accionista Maria de Fátima Gonçalves, Patrícia Alexandra dos Santos Rito, Véronique Januário Esteves e Célia Cristina Gonçalves à SOCIEDADE AZEITES&LICORES,SA, accionista já existente.

Outros acontecimentos com menos relevo ocorridos neste trimestre foram: o abate de bens de equipamento, o pagamento de uma coima pelo atraso no pagamento de imposto de selo devido, o pagamento adiantado da renda de Dezembro e um adiantamento efectuado à administradora Patrícia Alexandra dos Santos Rito.

4. Indicadores financeiros

De forma a melhor compreender a situação financeira da empresa serão apresentados os seguintes gráficos:

Vendas	533411,5
EBITDA	-171266
Resultado Operacional	-206297
Resultados financeiros	-11276,4
Resultado líquido	-215758
<i>Free Cash Flow</i>	-324341
Investimento	226505,3
Capital Próprio	1034034
Dívida Líquida	725354,1
Dívida Líquida/Capital Próprio	0,70148
Margem EBITDA	-0,32108

Quadro 3: Indicadores financeiros

Neste ano de início de actividade a empresa sempre apresentou forte dificuldades financeiras porém, sempre optou por fontes de financeiros de capitais próprios tentando assim diminuir o recurso a capitais alheios até por causa da reputação face aos credores.

Daqui se pode concluir que o *cash flow* disponível para distribuir aos accionistas é negativo ou seja, a empresa através da actividade gerada não consegue remunerar todos os gastos operacionais e portanto não consegue gerar meios monetários para distribuir aos accionistas.

Como forma de comprovação do anteriormente referido os quadros a seguir apresentam o *cash-flow* gerado neste período assim como o que fica disponível (*free cash flow*) assim como o fundo de maneo necessário para suprir as necessidades cíclicas.

Necessidades Fundo Maneio	
Reserva Segurança Tesouraria	29.207
Clientes	12.567
Inventários	1.496
Estado	25.142
TOTAL	
	68.413
Recursos Fundo Maneio	
Fornecedores	41.675
Estado	5.778
TOTAL	
	47.453
Fundo Maneio Necessário	
	20.960
Investimento em Fundo de Maneio	
	20.960

Quadro 4: Fundo de Maneio Necessário

FREE CASH FLOW	
Meios Libertos do Projecto	
Resultados Operacionais (EBIT) x (1-IRC)	-161.819
Depreciações e amortizações	35.031
Provisões do exercício e Perdas por Imparidade	7.992,25
	-118.795,2
Investim./Desinvest. em Fundo Maneio	
Fundo de Maneio	20.960
CASH FLOW de Exploração	
	-97.836
Investim./Desinvest. em Capital Fixo	
Capital Fixo	-226.505
Free cash-flow	
	-324.341

Quadro 5: FREE CASH FLOW

Toda a actividade operacional da empresa se resume num aproveitamento dos recursos como forma de suprir todas as necessidades cíclicas. Assim, a empresa deve encontrar a melhor política de obtenção e concessão de crédito e a melhor gestão das mercadorias em armazém ou seja, o prazo médio de recebimento deverá pelo menos coincidir com o prazo médio de pagamento e as mercadorias deverão rodar o máximo possível até porque acarreta elevados custos de armazenamento já para não referir a parte de deteriorações.

A empresa por vezes não cumpre com esta política uma vez que paga a 30 dias e recebe em média a 60 dias e existiam na data anterior à cisão da actividade dos bolos de aniversários clientes que tardavam a pagar porém, esta situação já foi regularizada uma vez que, este cliente passou a estabelecer apenas relações com a sociedade incorporante. Também derivado de um sinistro ocorrido no armazém da empresa na qual todos os produtos foram furtados a empresa tende a adquirir apenas os produtos com mais saída e não concentrar em armazém elevadas mercadorias, apenas as suficientes para que não hajam rupturas de *stocks*.

INDICADORES ECONÓMICOS	2011
Rentabilidade Líquida sobre o rédito	-40%

INDICADORES ECONÓMICOS - FINANCEIROS	2011
Return On Investment (ROI)	-17%
Rendibilidade do Activo	-16%
Rotação do Activo	30%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-21%

INDICADORES FINANCEIROS	2011
Autonomia Financeira	59%
Solvabilidade Total	243%
Cobertura dos encargos financeiros	-1829%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2011
Liquidez Corrente	201%
Liquidez Reduzida	201%
Liquidez imediata	174%

INDICADORES DE RISCO NEGÓCIO	2011
Margem Bruta	62.081,52 €
Grau de Alavanca Operacional	-30%
Grau de Alavanca Financeira	95%

Quadro 6: Indicadores Económico-financeiros

Como se pode verificar pelos indicadores acima apresentados, a empresa apresenta económica e financeiramente maus resultados. Em termos económicos, com as vendas que efectua não consegue cobrir todos os gastos inerentes à função comercial da empresa apresentando porém, uma Margem Bruta positiva. Em termos numéricos por cada unidade vendida a empresa tem um prejuízo de 0,3 unidades.

Actualmente a empresa apresenta grandes valores monetários em bancos capaz de solver todas as dívidas de curto prazo o que é considerada como uma má aplicação dos fundos no entanto, este valor principalmente proveniente de um empréstimo obrigacionista efectuado no último mês do ano terão como destino além do pagamento das dividas correntes um novo investimento por forma a que a empresa possa praticar a sua actividade noutras zonas do país incrementando assim as vendas.

Para finalizar, apresentamos uma boa autonomia financeira como já havia sido referido e prevemos que no futuro a empresa apresente atinja melhores resultados quer económica quer financeiramente.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que os resultados negativos de 215758,23€ sejam transferidos para resultados transitados.

Declaração de Responsabilidade

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos Accionista o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira e Contas referente ao exercício de 2011, na firme convicção, é do seu conhecimento que a informação neles contida foi elaborada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa e dos seus resultados e das empresas incluídas na esfera da sua consolidação.

Braga, 31 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras Individuais

Entidade: ALI,CONSERVA&LIMPA,SA			
BALANÇO	UNIDADE MONETÁRIA (EUROS)		
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	446113,69	
Propriedades de investimento	10	175000	
Goodwill			
Activos intangíveis	6		
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos	5	591226,43	
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros	17	50000	
Activos por impostos diferidos	16	2555,19	
Total Activo não Corrente		1264895,31	
Activo Corrente			
Inventários	12	1496,19	
Activos biológicos			
Cientes	17	12567,48	
Adiantamentos a fornecedores			
Estados e outros entes públicos		25142,36	
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	17	1312,5	
Diferimentos		25450,00	
Activos financeiros detidos para negociação	17	1825,35	
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	426698,76	
Total Activo Corrente		494492,64	
Total do Activo		1759387,95	

Entidade: ALI,CONSERVA&LIMPA,SA			
BALANÇO	UNIDADE MONETÁRIA (EUROS)		
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	700000	
Acções (quotas) próprias	17	-40000	
Outros instrumentos de capital próprio	17	416042,10	
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização	17	105000	
Outras variações no capital próprio	14	68750	
Resultado líquido do período		-215758,23	
Total do capital próprio		1034033,87	
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	17	479152,69	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos		449,57	
Outras contas a pagar			
Total Passivo Não Corrente		479602,26	
Passivo corrente			
Fornecedores	17	41675,04	
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		5778,35	
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	17	170170,79	
Outras contas a pagar	17	20581,68	
Diferimentos		7545,96	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo corrente		245751,82	
Total do passivo		725354,078	
Total do capital próprio e do passivo		1759387,95	

Entidade:ALI, CONSERVA&LIMPA-COMERCIO POR GROSSO DE PRODUTOS ALIMENTARES,SA			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	UNIDADE MONETÁRIA (EUROS)		
	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	30-12-2010
Vendas e serviços prestados	13	533411,48	
Subsídios à exploração	14	2515,32	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-379154,68	
Fornecimentos e serviços externos		-92175,28	
Gastos com o pessoal		-229635,24	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-7992,25	
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		-65,75	
Outros rendimentos e ganhos	13	9068,39	
Outros gastos e perdas		-7237,8	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-171265,81	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-35031,24	
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-206297,05	
Juros e rendimentos similares obtidos	13	915,4	
Juros e gastos similares suportados	9	-12191,77	
Resultado antes de impostos		-217573,42	
Imposto sobre o rendimento do período-Imposto corrente			
Imposto sobre o rendimento do período-Imposto corrente		-290,43	
Imposto sobre o rendimento do período-imposto diferido		2105,62	
Resultado líquido do período		-215758,23	

Entidade:ALI, CONERVA&LIMPA-COMERCIO POR GROSSO DE PRODUTOS ALIMENTARES,SA			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		UNIDADE MONETÁRIA (EUROS)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		522.185,41 €	
Pagamentos a fornecedores		- 390.930,27 €	
Pagamentos ao pessoal		- 145.886,83 €	
Caixa gerada pelas operações		- 14.631,69 €	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		- 164.410,10 €	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		- 179.041,79 €	
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		- 222.411,11 €	
Activos intangíveis		- 4.094,15 €	
Investimentos financeiros		- 591.226,43 €	
Outros activos (Instrumentos financeiros)		- 3.964,55 €	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3.075,00 €	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos (Instrumentos financeiros)		2.073,45 €	
Subsídios ao investimento		75.000,00 €	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 741.547,79 €	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		327.842,24 €	
Alienação de acções próprias		90.000,00 €	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1.055.560,83 €	
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento (Suprimentos)		100.000,00 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 38.143,17 €	
Juros e gastos similares		- 7.971,56 €	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- 130.000,00 €	
Outras operações de financiamento (Empréstimo concedido a empresa conjuntamente controlada)		- 50.000,00 €	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.347.288,34 €	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		426.698,76 €	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		426.698,76 €	

ALI, CONSERVA&LIMPA,SA													
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N													
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										105000			105000
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											68750		68750
										105000			173750
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												-215758,23	-215758,23
RESULTADO INTEGRAL													-42008,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital		700000											700000
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações			-40000	416042,1									376042,1
													1076042,1
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N			6+										1034033,87

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota Introdutória

A ALI,CONSERVA&LIMPA-COMERCIO POR GROSSO DE PRODUTOS ALIMENTARES,SA, pessoa colectiva nº 500273170, empresa dedicada à importação, exportação e ao comércio, de produtos alimentares frescos, congelados e enlatados, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, produtos de limpeza e materiais de conservação tem a sua sede na Rua Lopes Gonçalves, Maximinos, 4700-227 Braga.

Esta sociedade detém duas participações, uma correspondente a 50% da MECICOM-MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA&GETSÃO DE CONDOMÍNIOS,SA e outra de 51% na SERRALHARIA RODRIGALVES,SA e tem como empresa mãe a Sociedade AZEITE&LICORES, SA pessoa colectiva nº 500133000 sediada em Bragança, na Avenida Sá Carneiro R.C lote 2.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

a) Enquadramento

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, aplicadas ao exercício iniciado em 03 de Janeiro de 2011, em vigor desde Janeiro de 2010.

Durante o semestre tornaram-se aplicáveis as seguintes normas:

NCRF 6-Activos Intangíveis, NCRF 7-Activos Tangíveis, NCRF 9-Locções, NCRF 10-Custos de empréstimos obtidos, NCRF 11-Propriedade de investimento, NCRF 12-Imparidade de activos, NCRF 13- Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas, NCRF 15- Investimentos em subsidiárias e consolidação, NCRF 18-Inventários, NCRF 20-Rédito, NCRF 22-Contabilização dos Subsídios do Governo e

divulgação de apoios do Governo, NCRF 24- Acontecimentos após a data de Balanço, NCRF 25-Imposto sobre o Rendimento e a NCRF 27-Instrumentos Financeiros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF`S

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, na área comercial ou para uso administrativo encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido de amortizações (neste caso, calculadas pelo regime duodecimal) e de eventuais imparidades (neste caso, inexistentes).

As amortizações foram calculadas após o início de utilização do bem segundo o método das quotas constantes e tendo em conta a vida económica útil de cada bem.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade (neste caso, inexistentes).

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros, se forem por este controláveis e se o respectivo valor puder ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas após o início de utilização do bem, pelo método das quotas constantes, atendendo à vida económica útil do bem.

c) Propriedades de Investimento

Foi aplicado o modelo de mensuração do justo valor na mensuração da propriedade de investimento.

d) Contratos de locação financeira

Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locação financeira são reconhecidos como activos e passivos por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou se, inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Os pagamentos mínimos da locação devem ser repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente, devendo o encargo financeiro ser imputado a cada período durante o prazo de locação por forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Atendendo ao princípio da substancia sob a forma, a locação financeira dá origem a gastos de depreciações reconhecidas em resultados em cada período contabilístico devendo a política de amortização destes activos ser consistente com a dos activos fixos tangíveis possuídos pela empresa, calculadas com base na NCRF 7. Caso não se tenha segurança firme que no final do contrato os activos sejam adquiridos pela empresa enquanto locatária, o activo deve ser depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil económica, consoante o maior.

e) Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, que inclui, o preço da factura e as despesas indispensáveis à entrada dos produtos no armazém, utilizando como método de custeio o *FIFO (First in First Out)*, consistente em toda a valorização dos inventários.

Por sua vez, os produtos acabados encontram-se registados ao custo médio de produção. O custo da produção inclui gastos com matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico como água, renda, as amortizações, etc.

f) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registados pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubricas perdas por imparidade de dívidas a receber por forma a obter o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando se identifique dificuldades financeiras significativas dos devedores em cumprir com a realização dos seus créditos assim como quando este se encontre em processo de insolvência.

Estas dívidas são reconhecidas no activo corrente por se tratarem de devedores com uma maturidade inferior a um ano.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimo.

Contas a pagar

As contas a pagar, são registadas pelo seu valor nominal.

Instrumentos de Capital Próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio.

3.2 Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das NCRF requer que o Conselho de Administração da ALI, CONSERVA&LIMPA,S formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afectar o valor reconhecido dos activos e passivos, e as divulgações de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os rendimentos e gastos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Imparidade de activos não correntes

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos activos implicam um julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transacções.

- Vidas úteis dos activos fixos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual a entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e é revista no final de cada exercício económico..

- Registo de provisões

A empresa analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos activos por impostos diferidos é efectuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

-Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de depósitos bancários e depósitos a prazo que apenas podem ser imobilizáveis no prazo de dois anos.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 o detalhe de caixa e depósitos à ordem era o seguinte:

Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	401.698,76€
Depósitos a prazo	25.000,00€

5. Partes Relacionadas

5.1 Relacionamentos com empresa-mãe

A empresa ALI, CONSERVA&LIMPA,SA é controlada pela empresa-mãe AZEITES&LICORES,SA.

As partes de capital em empresas do grupo e associadas encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

As empresas subsidiárias e as conjuntamente controladas, as suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2011:

Percentagem de capital detido			
Firma	Sede Social	Directo	Total
MEDICOM, MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA&GESTÃO DE CONDOMÍNIOS, SA	Zona Industrial, Alto das Cantarias	50%	50%
SERRALHARIA RODRIGALVES,SA	Zona Industrial nº24 Lote 14	51%	51%

6. Activos Intangíveis

6.1 Divulgações Gerais

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As amortizações são calculadas após o início de utilização do bem, pelo método das quotas constantes, atendendo à vida económica útil do bem.

As taxas de amortizações correspondem aos seguintes períodos de vida útil dos bens:

Activo Intangível	Vida económica útil
Microsoft XP	4
Primavera	4
Anti vírus	2

Estes activos apresentam saldo nulo por terem sido totalmente amortizados justificado pelo seu valor unitário imaterial.

Activo Intangível	Valor unitário
Microsoft XP	349 €
Primavera	569,10 €
Anti virus	48,19 €

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido no valor dos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Activo Intangível em 31.12.2011										
	Despesas de Desenvolvimento		Despesas de Desenvolvimento	Software		Software	Trespases	Activo Intangível em curso		Activo intangível em curso
	Gerados internamente (GI)	Não gerados internamente (NGI)	Total	Gerados internamente	Não gerados internamente	Total		Gerados internamente	Não gerados internamente	Total
										GI+NGI
Activo Bruto:										
Saldo inicial										0
Aquisições					3328,58	3328,58				3328,58
Transferências										
Outros										
Saldo final						3328,58				3328,58
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial										
Amortizações do Exercício					-3328,58	-3328,58				-3328,58
Outros										
Saldo final						-3328,58				-3328,58
Valor líquido						0				0

7. Activos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, na área comercial ou para uso administrativo encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido de amortizações (neste caso, calculadas pelo regime duodecimal) e de eventuais imparidades.

As amortizações foram calculadas após o inicio de utilização do bem segundo o método das quotas constantes e tendo em conta a vida económica útil de cada bem.

Os activos fixos tangíveis têm a seguinte vida útil:

Activo fixo Tangível	Vida útil do bem (Anos)
Viatura Pesada de Mercadorias	4
Prateleiras-paletização	6
Empilhador Electrico	8
Porta Paletes	8
Computador XPM	4
Impressora Multifunções	4
Fotocopiadores	4
Secretária Altis	8
Cadeira Rodada	6
Cadeira Normal	8
Estantes de paredes	6
Montra de segurança	3
Armazém	40

Todos os bens à excepção do empilhador, da viatura pesada de mercadorias, do armazém e da montra de segurança foram amortizados na íntegra pelo seu valor unitário ser considerado imaterial.

Activo fixo Tangível	Valor unitário de aquisição
Viatura Pesada de Mercadorias	19000
Prateleiras-paletização	47
Empilhador Electrico	8972,72
Porta Paletes	242
Computador XPM	522
Impressora Multifunções	120
Fotocopiadores	600
Secretária Altis	62,71
Cadeira Rodada	70
Cadeira Norma	60
Estantes de paredes	100,49
Montra de segurança	1921,4
Armazém	270075

As despesas de reparação e manutenção foram consideradas como gasto não uma vez que, delas não resultou uma alteração na vida económica útil do bem.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido no valor dos Activos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Activo Fixo Tangível em 31.12.2011										
	recursos naturais	outras construção	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Ferramentas e Utensílios	Taras e Vasilhames	Outros activos fixos tangíveis	Fixos Tangíveis	Total
Activo Bruto:										
Saldo inicial	175000	270075	24818,72	188000	5441,2			1921,4		665256,32
Transferência p/propriedade de investimento	-175000									-175000,00
Transferência Cisão			-10261							-10261,00
Alienações			-2479							-2479,00
Abates			-890		-110					-1000,00
Saldo final	0	270075	11188,72	188000	5331,2	0	0	1921,4	0	476516,32
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial										0
Amortizações do Exercício		-1041,66	-4388,71	-20812,43	-5331,2			-160,11		-31734,11
Anulação de Amortizações por Cisão e alienação			1119,26							1119,26
Alienações			212,22							212,22
Saldo final	0	-1041,66	-3057,23	-20812,43	-5331,2	0	0	-160,11	0	-30402,63
Valor líquido	0	269033,34	8131,49	167187,57	0	0	0	1761,29	0	446113,69

Em 31 de Dezembro de 2011, valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

Equipamento de transporte 15437,53€

As transferências patentes neste período respeitavam a cisão da actividade secundária de produção de bolos e transferência de um terreno para propriedade de investimento por deixarem de estar reunidas as condições para continuar reconhecido como activo fixo tangível.

7.2 Activos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

a) Data de eficácia da revalorização

Em 19 de Dezembro de 2011 foi efectuado a revalorização de um terreno.

b) Recurso a avaliador independente

Esta revalorização foi efectuado com recurso à avaliação de um perito avaliador.

c) Métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justos valor dos itens

O justo valor é determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação do perito.

- d) Medida em que o justo valor dos itens foi determinado directamente com referência a preços observáveis num mercado activo ou em transacções de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes ou foi estimado usando técnicas de valorização

O justo valor dos itens foi determinado por referência a transacções de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes.

- e) Excedente de revalorização

Foi apurado um excedente de revalorização no valor de 105.000€ sendo constituído da forma de uma reserva livre não existindo qualquer efeito na distribuição de resultados aos accionistas.

8. Locações

8.1 Locações financeiras-Locatários

- a) Quantia escritura líquida à data de balanço

Em 31 de Dezembro de 2011 a empresa apresentava a seguinte quantia líquida:

Equipamento de transporte	
Quantia escritura bruta à data de balanço	19.000€
Amortizações acumuladas	-3562,47€
Quantia escritura líquida à data de balanço	15.437,53€

- b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente; e
- c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente

Montantes a pagar por locações financeiras	Pagamentos mínimos da locação financeira	Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira
2012	10.374,92€	10.627,23€
2013	3.841,47€	2.656,81€
Total	14.216,39€	13.284,04€
Juros futuros	-932,35€	
	=13284,04€	

9. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos devem ser registados como um gasto no período em que sejam incorridos.

Estes gastos financeiros dizem respeito a:

Juros relativos a empréstimos obtidos (curto prazo)	4.402,09€
Juros relativos a locações financeiras	1.306,59€
Juros relativos a empréstimo obrigacionista	1.027,40€
Juros relativos a empréstimo com hipoteca	1.216,89€
Juros relativos a Suprimentos	3.333,33€
Juros relativos a operação de <i>Factoring</i>	353,78€
Juros relativos a títulos a receber e livranças	551,69€
Total	
	12.191,77€

10. Propriedades de Investimento

10.1 Modelo aplicado

Foi aplicado o modelo de mensuração do justo valor na mensuração da propriedade de investimento.

10.2 Interesses de propriedade detidos em locação operacional

Um terreno reconhecido no activo fixo tangível foi no decurso deste ano arrendado com base numa locação operacional.

10.3 Critérios usados para distinguir propriedades de investimento de propriedades ocupadas pelo dono e de propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios

É reconhecida como propriedade de investimento, uma propriedade detida com o intuito de obtenção de rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades. Face ao exposto, de alteração do uso dado ao activo, o terreno encontra-se em condições de ser reconhecido como propriedade de investimento.

10.4 Determinação do justo valor de propriedades de investimento

A determinação do justo valor foi suportada por evidências do mercado.

10.5 Justo valor da propriedade de investimento

O justo valor das propriedades de investimento baseou-se numa valorização de avaliadores independentes, com qualificação profissional reconhecida e relevante, e com experiência recente na localização e na categoria das propriedades de investimento valorizadas.

11. Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização dos activos. Nos casos em que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados.

Em 31 de Dezembro, as imparidades reportavam aos seguintes valores:

	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Perdas por imparidade e em activos revalorizados reconhecidas directamente no CP	Reversões de perdas por imparidade e reconhecidas nos resultados	Reversões de perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas directamente no CP	Reconhecido na D.R. no item:
Dívidas a receber Inventários	7.992, 25€				

12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição, que inclui, o preço da factura e as despesas indispensáveis à entrada dos produtos no armazém, utilizando como método de custeio o FIFO (First in First Out), consistente em toda a valorização dos inventários.

Por sua vez, os produtos acabados encontram-se registados ao custo médio de produção. O custo da produção inclui gastos com matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico como água, renda, as amortizações, etc.

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de inventários apenas diz respeito a mercadorias registado pelo seu custo de aquisição não existindo quaisquer perdas por imparidade.

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2011 foi determinado como se segue:

Existência inicial	0,00€
+Compras Mercadorias	+365.074,79€
+Compras Matérias-Primas	+24.326,06€
+/- Regularização de Existência	- 8.749,98€
-Existência final	-1.496,19€
=CMVMC	379.154,68€

13. Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados uma vez que, os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos pode razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos e outros pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável. Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Nas rubricas de “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas

que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

a) Vendas

As vendas são reconhecidas em resultados quando a entidade tenha transferido para o comprador todos os riscos, vantagens significativos da propriedade dos bens e o montante dos proveitos possa ser mensurado com fiabilidade e seja provável que fluem benefícios económicos futuros associados com a transacção.

Estas vendas são reconhecidas líquidas de descontos, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em 31 de Dezembro de 2011 as vendas líquidas apresentavam os seguintes valores:

Vendas Brutas para o mercado nacional	525.525,82€
Vendas Brutas para o mercado comunitário	8.754,89€
Descontos comerciais Nacionais	- 523,27€
Devolução de vendas Nacionais	- 345,96€
Vendas líquidas	€533.411,48€

b) Outros rendimentos e ganhos

Nesta rubrica concentram-se todos os rendimentos que não devam ser incluídos nas restantes contas de rendimentos.

Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Desconto de pronto pagamento concedidos	96,07€
Ganhos em Mercadorias-Sinistros	2.271,52€
Venda de acções	60,05€
Alienação de activo fixo tangível	201,77€
Ganhos em subsídios ao investimento	6.250,00€
Relativos a imputação de encargos com letras	167,98€
Oferta de inventários de fornecedores	21,00€
Total	9.068,39€

c) Juros

Estes juros no montante 1.027,40€ respeitam a um depósito a prazo que apenas serão recebidos daqui a dois anos.

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios ao investimento neste caso, destinado à aquisição de uma viatura pesada de mercadorias encontra-se reconhecido de acordo com o seu justo valor uma vez que, já existiu efectivamente o seu recebimento e a Empresa se compromete a cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

O subsídio à exploração destinado à contratação de trabalhadores encontra-se registado como rendimentos do exercício. Ainda que o seu recebimento já tenha ocorrido estes são registados quando obtidos independentemente do seu recebimento.

15. Acontecimentos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras dado que proporcionam uma informação adicional .

Não existem quaisquer eventos subsequentes

16. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede. No entanto, neste caso, não existe imposto corrente devido ao resultado líquido do período ser negativo. Existe é uma estimativa de imposto relativa à tributação autónoma.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos por existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou produto do exercício.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos
Amortizações	1056,63€	449,57€
Imparidade de Activos	1498,56€	
	2555,19€	449,57

A taxa de imposto considerada é a geral, 25%.

17. Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registados pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubricas perdas por imparidade de dívidas a receber por forma a obter o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando se identifique dificuldades financeiras significativas dos devedores em cumprir com a realização dos seus créditos assim como quando este se encontre em processo de insolvência.

Estas dívidas são reconhecidas no activo corrente por se tratarem de devedores com uma maturidade inferior a um ano.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimo.

As contas a pagar, são registadas pelo seu valor nominal.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio.

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de depósitos bancários e depósitos a prazo mobilizável apenas no prazo de 2 anos.

A rubrica clientes em 31 de Dezembro de 2011 tem a seguinte composição:

Clientes Conta corrente	20559,73€
Total Bruto	
	20559,73€
Clientes em imparidade	(7992,25€)
Total Líquido	
	12567,48€

Os montantes apresentados nas demonstrações da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade acumuladas para cobrança duvidosa considerados com base na avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Os saldos clientes conta corrente tem a seguinte maturidade:

A receber a:

60 dias 11804,84€

120 dias 8754,89€

A rubrica outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2011 têm a seguinte composição:

Adiantamentos ao pessoal 1000,00€

Os outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2011 têm a seguinte composição:

Acréscimo de juros (Depósito a prazo) 312,50€

Os outros activos financeiros dizem respeito a empréstimo concedido a entidade conjuntamente controlada.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo seu valor nominal líquido de despesas relacionadas com a sua emissão. Os encargos financeiros associados a tais financiamentos são calculados com base numa taxa de juro efectiva, registados em resultados do período a que dizem respeito.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

Tipo de Financiamento	Parcela curto prazo	Médio e Longo prazo
Empréstimos bancários	28.750,59€	
Empréstimos bancários com hipoteca	10.792,97€	238.335,68€
Suprimentos	120.000€	
Locações financeiras	10.627,23€	2.656,81€
Empréstimo obrigacionista com Warrant		238.160,20€
Total	170.170,79€	479.152,69€

As taxas de juro médias verificadas em 31 de Dezembro de 2011 para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

Tipo de Financiamento	Taxa de juro
Empréstimos Bancários	0,83%
Leasing	0,83%
Empréstimo Obrigacionista	6%
Empréstimo Bancário com hipoteca	6%
Suprimentos	5%

Os financiamentos obtidos são reembolsáveis nas seguintes datas:

	Valor a reembolsar
2012	170.170,79€
2013	14.097,36€
2014	11.089,19€
2015	12.792,33€
2016	251.720,08€
>2016	189.453,73€

Em 31 de Dezembro, os financiamentos obtidos reúnem-se como se segue:

- Foi celebrado em 4 de Fevereiro do corrente ano um contrato de mútuo com uma Instituição bancária no valor de 20.000€. Este empréstimo vence juros à

taxa de 0,83%/ano sendo reembolsado em doze prestações consecutivas. Á data de 31 de Dezembro do ano em causa o empréstimo totalizava 6.991,54€.

- b) Foi celebrado em 4 de Março d corrente ano um contrato de mútuo com uma Instituição bancária no valor de 50.000€. Este empréstimo vence juros à taxa de 0,83%/ano sendo reembolsado em doze prestações consecutivas. Á data de 31 de Dezembro do ano em causa o empréstimo totalizava 21.759,05€.
- c) Foi celebrado em 5 de Novembro de 2011 um contrato mútuo com hipoteca com uma Instituição bancária no valor de 250.000€. Este empréstimo vence juros à taxa de 6%/ano sendo reembolsado em cento e oitenta prestações mensais consecutivas. Á data de 31 de Dezembro do ano em questão o empréstimo totalizava 249.128,65€.
- d) Empréstimo obrigacionista 2011/2016 celebrado em 30 de Setembro de 2011, no valor de 250.000€ reembolsado de uma só vez em Dezembro de 2016. Os juros são calculadas a uma taxa de 6%/ano e serão pagos anualmente e postecipadamente.
- e) A dois de Maio de 2011 foi constituído um suprimento efectuado aos sócios no montante de 100.000€ reembolsado de uma só vez em 31 de Março de 2011 juntamente com o pagamento de juros à taxa de 5%/ano.
- f) A nove de Março de 2011 foi ainda constituído *leasing* sobre uma viatura pesada de mercadorias sobre o valor de 19.000€ sendo pago em vinte e quatro prestações mensais consecutivas as quais, incluem juros calculada à taxa de 0,83%/ano e IVA à taxa normal. Á data de 31 de Dezembro de 2011, o financiamento totalizava 13.284,04€.

Capital, Outros Instrumentos de Capital Próprio, Excedentes de Revalorização e Outras Variações no Capital Próprio

Capital Social

Em 31.12.2011, o Capital Social apresenta o valor de 700.000€ resultante de um aumento de capital de 100.000€ para 600.000€ totalmente subscrito e realizado. Este capital encontra-se representado por 700.000 mil acções com o valor nominal de 1€.

Foram ainda adquiridas 115.000 acções próprias pelo valor de 130.000€ sendo o valor nominal de 1€ por acção e o prémio no valor de 30.000€. No decurso deste ano foram ainda alienadas 90000 acções pelo seu valor nominal 1€.

Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica integra prestações suplementares e instrumentos de capital próprio relacionado com um empréstimo obrigacionista com *Warrant*.

No decurso deste ano foram constituídas prestações suplementares no valor de 570.560,83€ sendo que apenas o montante de 450.000€ se encontra realizado. Estas prestações suplementares encontram-se reconhecidas pelo seu valor realizável.

O empréstimo obrigacionista com warrant (obrigações convertíveis em acções) integra o conceito de instrumento de capital próprio composto ou seja, este empréstimo combina instrumentos de capital próprio com passivo, devendo a empresa alocar a quantia recebida entre estas duas componentes. Deste modo, a empresa determinará a quantia do passivo de acordo com o justo valor do passivo financeiro que não tem associada nenhuma componente de capital próprio. Após esta determinação, o valor residual é imputado à componente de Capital Próprio.

Outras Variações no Capital Próprio

O subsídio ao investimento neste caso, destinado à aquisição de uma viatura pesada de mercadorias encontra-se reconhecido de acordo com o seu justo valor uma vez que, já existiu efectivamente o seu recebimento e a Empresa se compromete a cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

À medida em que o activo se deprecia, o subsídio é imputado como rendimento do exercício em função da vida útil do activo.

Excedentes de revalorização

A rubrica “Reservas de reavaliação” resulta da reavaliação livre de um terreno considerada de acordo o justo valor atribuído por uma avaliação de um perito avaliador.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte composição:

Fornecedores conta corrente gerais nacionais	41.675,04€
--	------------

O Crédito de fornecedores tinha a seguinte maturidade:

A 60 dias	32.152,52€
A 30 dias	9.522,52€
Total	41.675,04€

A rubrica outras contas a pagar dizem respeito a:

Outros credores	1.241,28€
-----------------	-----------

A rubrica outras contas a pagar inclui ainda outros passivos correntes:

Acréscimos de juros (empréstimos obtidos)	1.027,40€
Acréscimo de juros (suprimentos)	3.333,33€
Acréscimos férias	14.979,67€
Total	19.340,40€

Instrumentos detidos para negociação

Estes instrumentos classificam-se como investimentos detidos para negociação mensurados ao justo valor através de resultados. Estes instrumentos classificam-se como detidos para negociação quando se prevê que sejam alienados num período curto (inferior a 1 ano) sendo registados ao custo de aquisição, que corresponde ao justo valor do preço pago e custos de transacção.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor destes instrumentos financeiros são reconhecidos como resultados.

A rubrica instrumentos financeiros tem a seguinte composição:

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Activos financeiros:	31/12/2011
Acções Brisa	1115,00€
Acções Sonae Indústria,SGPS	476,35€
Acções BCP	234,00€

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2012, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Braga, 31 de Janeiro de 2012.

O Conselho de Administração:

Maria de Fátima Gonçalves

Patrícia Alexandra dos Santos Rito

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

Examinámos as demonstrações financeiras da ALI, CONSERVA&LIMA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 1.759.387,95 euros e um total de capital próprio de 1.034.290,78 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 215.501,32 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), tal como adoptadas na em Portugal

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ALI, CONSERVA&LIMPA,SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Braga, 31 de Março de 2012.

Moreira Nadais, S.R.O.C., Lda.

representada por:

Alberto João Martins Saraiva, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de ALI, CONSERVA&LIMPA,SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

Braga, 31 de Março de 2011

O Fiscal Único

Moreira Nadais, S.R.O.C., Lda.

representada por:

Alberto João Martins Saraiva, R.O.C.